Quarto Encontro

(29.04.93)

Boa noite. No encontro passado falávamos da questão da restituição, oral e escrita, na pesquisa de campo; na relação desta com os diários da pesquisa e as instituições acadêmico-científica e editorial e, abordando esta relação, levantamos o problema de uma escritura *"hors-textuel"* - traduzida por "fora do texto" - no campo científico.

Uma característica da escritura "fora do texto", como o poderemos constatar lendo os diários de campo, é a de produzir um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa. Essa temporalidade não é a dos resultados, a do texto final. Ainda mais que, muitas vezes, a publicação do diário acontece longe do término, e edição, da própria pesquisa.

O diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo (não o "como fazer" das **normas**, mas o "como foi feito" da prática). Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei "lado mágico" ou "ilusório" da pesquisa (fantasias, em torno da CIENTIFICIDADE, geradas pela "asséptica" leitura dos "resultados" finais). Sem as condições de emergência dos "dados" da pesquisa, o leitor vai ter sempre muitas ilusões sobre a cotidianidade da produção científica. Podemos perceber

tais "enganos" no imaginário social através, por exemplo, de cineastas, No cinema, a prática da pesquisa é completamente caricatural.

O diário da pesquisa - que, por sinal, não é, necessariamente, redigido todos os dias - reconstitui a história subjetiva do pesquisador. Mostra, entre outras coisas, a contradição entre a temporalidade da produção pessoal e a institucional, ou burocrática. Tomemos, como exemplo, a angustiante questão do calendário da pesquisa. A maioria fica desesperada por não estar conseguindo respeitá-lo, contudo, só o diário nos dá acesso à forma singular, ou não, desse desespero. Existem também as angústias da publicação, os confrontos com as editoras. A demanda das editoras não é, necesssariamente, a mesma das instituições de pesquisa ou universidades. Acontece de o editor recusar-se a publicar um texto considerado muito "especializado". O diário pode revelar como foram os encontros com editores; as recusas à publicação; as exigências, de parte a parte; os arranjos do contrato; o aprendizado de novas imposições institucionais ... e a angústia advinda de todo esse processo. Quando o trabalho acadêmico final é recusado pelas editoras, a angústia pode se materializar em nadificação do mesmo, gerando um sentimento semelhante ao de ter recebido nota ZERO pela pesquisa ("Todo um trabalho que de nada valeu!" ....). E tudo isso constitui um material muito rico, também de pesquisa, sobre a pesquisa.

Uma outra vantagem do diário de pesquisa é fazer a restituição da pesquisa de campo como sendo a de um laboratório. Nas ciências exatas, tudo o que se passa no laboratório faz parte da exposição final. Não são aceitos os discursos meramente belos acerca da descoberta; exige-se a descrição exata de todo a ocorrido durante a experiência. Mas, as ciências sociais e humanas são bem menos "exigentes", infelizmente...

Uma outra característica da restituição escrita é a de produzir um tipo de reflexão própria do escrever. Lembrei ontem que o praticante ou adepto de tal exercício passa, em um determinado momento qualquer, a refletir diferente dos demais, mesmo se seu interesse é explorar a imaginação com "as vestimentas de domingo". O exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento especular. E a pesquisa não é, certamente, apenas uma "indumentária de domingo".

Encontramos, em alguns diários, esse movimento reflexivo, esse jogo de espelhos. Temos, inclusive, diaristas escrevendo a diário do diário! Considero este proceder dos "diaristas" muito produtivo para nos auxiliar a desnaturalizar as construções científicas, em especial a - já mitológica - NEUTRALIDADE.

Agora, gostaria de assinalar brevemente a importância da distância entre a publicação do texto institucional e a eventual publicação do "fora do texto". Até o momento, pouquíssimos diários da pesquisa foram publicados, apesar de editoras e universidades estarem cientes da existência de originais em gavetas de pesquisadores conhecidos.

Ontem, recordei casos-limite dessa distância temporal e mostrei tratar-se de censura da instituição cultural e/ou editorial. Citei o diário clínico do Ferenczi, publicado com 50 anos de atraso; o de Malinowski, 70; e os de Wittgenstein, oficialmente "secretos" ainda hoje, porém tornados públicos, 80 anos após sua redação, por edições clandestinas.

Normalmente as edições dos diários são póstumas. Existem, contudo, exceções. Por exemplo, Jeanne Favret Saada, etnóloga, tendo pesquisado fenômenos de bruxaria na França, publicou um célebre e respeitado livro. Seu diário de campo, no entanto, so-

mente cinco anos após a consagração definitiva do livro citado foi publicado, pela mesma editora, porém em outra coleção (de menor prestígio e destinada a assuntos considerados populares e bizarros). É um exemplo de análise institucional da edição, em ato. Mesmo quando o autor é reconhecido e deseja muito publicar o "fora do texto" este permanece, como por um "destino", na cozinha, não lhe sendo permitido entrar no grande salão das editoras. (Quem sabe não esteja adequadamente vestido ... nunca.)

Ainda assim, há casos interessantes de distâncias temporais menores entre a publicação do texto institucional e do "fora do texto". Por exemplo, Edgar Morin, sociólogo, publicou um livro e, três meses depois, um diário. Este se chama **Diário de um Livro**[5], e nos conta, dia após dia, a feitura do livro anteriormente publicado.

Há também outros tipos de acontecimentos relativos a esse assunto que merecem nossa atenção. Por exemplo, o caso de substituição, nas "ordens" das publicações, do "texto" pelo "fora do texto" e, o ainda raro, de simultaneidade editorial entre ambos. Quanto ao primeiro, tenho apenas uma referência a oferecer: Michel Leiris, ernólogo e também escritor surrealista, publicou seu diário de campo intitulando-o **A África Fantasma**[6]. O livro retrata seus dois anos passados na África e quase nos esquecemos, ao lê-lo, tratar-se de um diário. Leiris não publicou a texto "academicizado", preteriu-o, elegendo o "fora do texto" como "texto". Já, para ilustrar a segundo caso, cito: Gibal, etnólogo francês

[5] MORIN, E. **Journal d'un livre**. Paris, Inter Editions, 1981.
[6] LEIRIS, M. **L'Afrique fantôme**. Paris, Gallimard, 1934.

(compôs um livro onde metade pertence, institucionalizadamente, ao "fora do texto"); Georges Lapassade (mistura, sem quaisquer "fidelidades" ou esquematizações, "texto" e "fora texto" na elaboração de sua escrita final); e eu, sempre procurando ser o mais sistemático possível nessa questão. Espero, sinceramente, estar funcionando como exemplo para "discípulos" porventura desejosos de seguir por essa via.

Para terminar, situarei a técnica da escritura "fora do texto" como possível instrumento pedagógico na universidade. Usamo-la em Paris VIII, no Departamento de Ciências da Educação. Vários educadores aconselham, principalmente a partir do mestrado, que se faça um diário da pesquisa. Esse conselho não é uma ordem institucional, embora muitos colegas sejam tão diretivos que assim o pareça. Considero que a feitura de um diário tem por demais implicações subjetivas para que a possamos impor como trabalho universitário obrigatório. Mas, mesmo quando ocorre como imposição, surpreendentemente, a maioria dos estudantes faz a trabalho com prazer.

Periodicamente, os alunos dão aos professores trechos de suas futuras teses, para avaliações e críticas, e mostram fragmentos do diário. Isso permite conhecê-los melhor, assim como as dificuldades existentes em seus cotidianos que, apesar de não nos dizerem na conversa face a face, relatam ao papel.

O diário da pesquisa também pode ser integrado ao texto institucional. Atualmente, alguns de nossos doutorandos se perguntam se devem apresentar, em suas teses, unicamente o diário, ou não. Fico um pouco reticente ... Talvez não devamos tentar violentar em excesso a instituição universitária. Digo isso por já existir um tipo de habilitação acadêmica, reconhecida como excelente, totalmente sob a forma de diário. Tal reconhecimento deri-

va, inclusive, das fortes qualidades literárias que os trabalhos têm apresentado.

Há variações, utilizadas por meus colegas em Paris VIII, para tal técnica. Temos, por exemplo, a **Diário de Itinerante** (nome cunhado por meu amigo Barbier) que acompanha o estudante em seus percursos e percalços escolares, anos a fio.

Um outro colega, Remi Hess, propõe o **Diário Institucional**[7], técnica já utilizada por ele quando professor do ensino secundário. Na verdade, trata-se de delimitar como campo o cotidiano escolar e, enquanto educador, aplicar a técnica do diário da pesquisa no estabelecimento próprio onde exercita o trabalho pedagógico. Nesta modalidade, o pesquisador não anota diariamente todos os acontecimentos, somente o especial, aquele que lhe tenha tocado a pele. A narrativa pode, inclusive, asssumir dimensões bastante fantasiosas, romanescas.

Quando do início dessa técnica, Hess cogitou em levar todo o conteúdo de seu diário ao conhecimento dos colegas e da direção do ginásio onde trabalhava. Percebeu, no entanto, que tal restituição poderia ser insuportável, tanto para seus colegas quanto para si, e também muito perigosa. Apoiando-me no exemplo de Hess, diria que também na escritura "fora do texto", a autocensura se exerce. Não sei, contudo, até que ponto se deve, ou não, ser conivente com mais esse tipo de censura.

Questionei-me, esta tarde, enquanto redigia o diário que habitualmente faço, sobre qual parte desse poderia ser publicada. Percebi tal questão norteando a minha narrativa - a priori, íntima! -, pois enquanto descrevia a visita, breve, feita a uma comunidade niteroiense hoje pela manhã, vi-me selecionando "dados" passíveis de interessar às instituições acadêmica e editorial.

[7] HESS, R. **Le Iycée au jour Ie jour.** Paris, Méridiens Klincksieck, 1989.

Recentemente tive uma experiência péssima relativa à publicação. Uma revista argentina me pediu um artigo; enviei-lhes um diário escrito há mais ou menos um ano, quando de uma de minhas visitas a Buenos Aires. Esse diário, já bastante autocensurado devido a conflitos sérios com pessoas locais, não foi publicado. Sem qualquer explicação ou autorização editaram um outro texto meu, não inédito (sobre Ferenczi e a relação adulto-criança), e me enviaram a revista. Pensei: então, meu diário de Buenos Aires não foi apenas parcialmente censurado; sem dúvida, não devo ter me autocensurado o suficiente ... Adoraria discursar, quem sabe, outras 15 horas sobre essa questão que me apaixona, todavia, necessito de uma pausa.

***Pergunta**: O tema da reflexão ou reflexividade - não sei se entendi direito devido ao jogo de espelhos existente também em sua fila - não poderia ser compreendido como uma apreensão nova da Análise Institucional acerca da temática "produção de subjetividade"? Penso que a "diarista-das-implicações-na-pesquisa" se abre, com esse movimento, às condições da produção de si mesmo enquanto sujeito, e pode, assim, deixar de ver-se como centro e origem neutra do discurso. Nesse sentido, esse dispositivo não teria, inclusive, a possibilidade de um uso clínico ou psicossociológico que, tirando o grupo do mero aqui-e-agora, a vinculasse a suas implicações (também produções)?*

Lourau: Apesar de não ser clínico, a priori, concordo com a sugestão. Pergunto-me, freqüentemente, qual uso Ferenczi fazia de seu diário. Não estou certo se comunicava o conteúdo do mesmo a seus clientes durante a análise mútua. Não é impossível.

Precisaria relê-lo com tal questão em mente, para buscar sabê-lo. Retornando ao trabalho de grupo, o diário pode, vinculando-o à questão da produção de subjetividade (consoante Guattari), produzir o surgimento, no aqui-e-agora, de novas análises (quebras) através de acontecimentos em geral desprezados para efeito de análise (exame).

Os diários "subjetivistas" são minas de informações "objetivas", mesmo os mais Iibidinais, românticos ou delirantes. Tomemos o diário bastante "subjetivista" de Leiris. Sua publicação provocou escândalos, menos pelo conteúdo erótico do que pela enunciação das condições da pesquisa etnológica. Descrevendo, com todos os detalhes, como se recolhia, cientificamente, objetos da arte africana, Leiris foi acusado de destruir a moral dos franceses residentes nas colônias e repreendido pelo governo francês. Segundo o autor, quando ele e a chefe da expedição obtiveram as manufaturas sagradas, material de grande relevância para as comunidades local e acadêmica, cada um levava nas mãos um "diplomático" revólver. Isto é a pesquisa científica, só que através de seus "detalhes irrelevantes", trazidos a público por um "texto subjetivo". Creio que o mesmo pode ocorrer na clínica ou "grupos".

***Pergunta**: O diário da pesquisa é um analisador construído das instituições em jogo nas situações de pesquisa, certo? Nesse sentido, o pesquisador que o exclui não estaria instrumentalizando a instituição Estado, tornando-se um intelectual estático (no duplo sentido: estático, relativo a estado; estático, paralisado e paralisador)?*

Lourau: Sim, a revelação, ou não, dos múltiplos atos da pesquisa é uma ação política. Tentar fazer dos acontecimentos cotidianos um caminho para o conhecimento (e transformação de

si) pode ser uma forma de se distanciar dos diferentes grilhões institucionais que têm, por referência última, o Estado. Falei ontem que a instituição segura nossas mãos quando escrevemos; é um fato, mas não necessariamente uma eterna maldição. Talvez o diário (e outros dispositivos inventados ou a inventar) possa auxiliar a produzir outro tipo de intelectual: não mais a orgânico (ou de partido), de Gramsci; nem o engajado, de Sartre (que, muitas vezes, parece esquecer de analisar as implicações de seu "engajamento"); mas o IMPLICADO (cujo projeto político inclui transformar a si e a seu lugar social, a partir de estratégias de coletivização das experiências e análises). Talvez, se pudermos tornar tais estratégias cada vez mais populares, possamos sentir um pouco os resultados dessa utopia. É uma aposta e, como tal, apresenta seus riscos. No caso do intelectual "implicado", riscos bem maiores do que os do intelectual "analista", creio.

***Pergunta**: Queria fazer uma pergunta em torno da questão de autocensura. A questão do diário da pesquisa estaria ligada, fundamentalmente, à avaliação das condições geradoras da pesquisa, certo? Mas, pinta o seguinte problema em torno da autocensura: será que, a partir desta, a gente não está novamente caindo - e, sem análise ou "vergonha" - na questão do "capitalismo acadêmico"; na busca "mercantil" de acumulação de prestígio? Sim, porque a moeda acadêmica nem sempre é o dinheiro, mas quantos artigos e teses tenho, quantas palestras dou ... Todos aqui sabemos bem como funciona. Será que a análise das implicações não deveria ter (ou ser) um compromisso - público - em última instância com a verdade (não A VERDADE, mas aquela construída/observada/vivida pelo pesquisador)? Não estou me esquecendo do desejo de publicar o diário.*

Lourau: Acho indissolúvel o desejo de publicação e o status acadêmico. Ambas instituições, no caso do produto final (público) da pesquisa, ditam implícita e explicitamente as ordens. É isso que a produção do diário da pesquisa tenta subverter. No entanto, é inegável também que mesmo esse dispositivo pode ser submetido, análogo aos demais textos, a forças de institucionalização. Se uma tese não for defendida, não é considerada tese e o candidato não poderá tornar-se "mestre" ou "doutor" e ser mais competitivo no mercado de trabalho. Não poderá ter um aumento que lhe permita maior tranqüilidade perante suas contas, por exemplo. De igual maneira, o desejo de publicar o texto, seja institucional ou mais íntimo, tende a integrar o pesquisador às leis do mercado cultural. Contraditoriamente, o pesquisador implicado tem também, pelo menos na atualidade, que respeitar tais regras. Sob a denominação "autocensura" é o que ocorre, em geral, aos textos publicados durante a vida do autor. É ainda verdade que o reconhecimento acadêmico está muito mais relacionado à quantidade das publicações do que às qualidades práticas (de transformação) do trabalho, seja "de campo" ou "pedagógico". Acho-me, inclusive, implicado em todo esse conjunto de fenômenos, mas alguns "conflitos" provocados pela publicação (pública/ação) da cotidianidade dos "atos intelectualizados" - mesmo pós autocensura -, levam-me a pensar que, talvez, esse seja um caminho possível para a construção de uma outra prática (não segregacionista, preconceituosa e estéril como a atual).

Uma pesada crítica é "você quer rentabilizar a sua subjetividade", ao usar o recurso do diário. Não compreendo por que só ao usar esse recurso?! Ao que observo, a economia moderna não se contenta em explorar apenas a "objetividade" de homens e umlheres (a sua força de trabalho, como bem disse Marx), mas arquiteta a exploração máxima da subjetividade. Isto particularmente me apavora. Vemos, claramente, em alguns setores de serviço e indústria, a exploração da subjetividade tornar-se a linha mais importante de Recursos Humanos e a produção da subjetividade se integrar, perfeitamente, no amplo mercado das economias mundializadas. Tudo se transforma, então, em mercadoria. Desvela-se uma nova contradição da Análise Institucional: ela existe também como mercadoria cultural e sua divulgação (difusão) depende desse mercado. Há regras e maneiras de minimamente respeitá-las. O processo de socialização existe e passa por todos os atos. No entanto, não devemos tentar? É verdade que alguns colegas resumem essa minha questão à argumentação irônica habituai: "Você faz é um exibicionismo". Digo: "sim; por que não?".

***Pergunta**: Com a modernização dos textos científicos, derivada da ação de tomar popular o fazer ciência, temos visto surgirem autores que permeiam, aparentemente por estética (uma nova estética), de poemas, músicas, citações românticas e/ou íntimas seus trabalhos. O diário da pesquisa não poderia ser apropriado nesse mesmo movimento?*

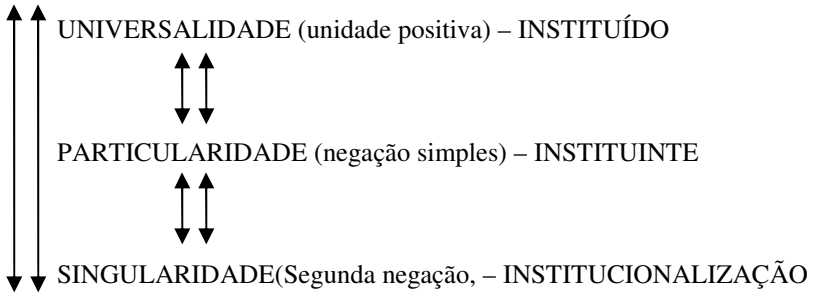
Lourau: Entendo diário qual Max Pagès. Penso em seu fazcinante livro **O Trabalho Amoroso** como um exemplo excelente de "exploração estética" produzindo restituição. Há uma diferença, aparentemente tênue, entre um poema que brinque com os signos da língua (e seja "concreto", "racional") e outro que produza um incômodo revelar da paralisia **ATIVA**, da **ÉTICA** cotidiana. Ambos são poesia, mas ... só podemos observá-los mediante o **EFEITO** que produzem. A restituição, mesmo integrada a um conjunto de referências poéticas, deve constituir instrumentos para

novas reflexões (práticas). Esse é o objetivo. E o quanto da ética é sobretudo estética? Não sei responder.

***Pergunta**: A relação transferencial-pedagógica é levada em consideração ao se produzir (ou induzir a produção de) um diário?*

Lourau: Sim, especialmente devido ao gênero direto de restituição que equivale a inúmeras cartas de amor. O trabalho da transferência pedagógica exclui quaisquer possibilidades de neutralidade na confecção e divulgação dos diários. Todas as técnicas modificam a relação social, e a do diário, quando não é meramente a exercício de um estado narcísico, produz naturalmente efeitos modificadores da relação aluno-professor. Alguns efeitos libidinais podem ser extremamente produtivos, tanto na transformação dessa relação quanto no que se refere ao trabalho de pesquisa; outros bloqueiam provisória ou definitivamente os espaços colaborativos (ou produtivos). O diário não é neutro, nem política nem afetivamente. Talvez isso a torne ainda uma curiosidade. Falo a partir de meu ponto de vista que, talvez, possa ser um pouco perverso.

Acabaram as questões? Bem, eu tinha previsto, de uma maneira bastante ambiciosa, falar da relação entre a Análise Institucional e outros campos de saber. Fiz algumas poucas alusões à relação com a Psicologia Social, a Sociologia de Campo, a Psicanálise e o Marxismo. No que tange à Filosofia, terei de me restringir à dialética hegeliana. Escrevi ao quadro-negro esse pequeno diagrama para orientar os que desconhecem tal teoria. Peço desculpas por meu esquema quase caricatural, mas o objetivo é, simplesmente, convidá-los a estudar Hegel.



Inicialmente, podem perceber que a dialética compreende três "etapas", não podendo ser descrita, ou adequadamenre representada, sobre as duas dimensões da lousa. Essa dificuldade assemelha-se a dos mapas. Estes distorcem a realidade, visto que a projeção da esfera sobre o plano não comporta todos os detalhes da mesma. As ciências de um modo geral vão falar de uma oposição entre os "momentos" universal e particular. Essa oposição, no entanto, faz parte da lógica identitária e recusa a contradição Quanto a mim, interesso-me sobremaneira pelo terceiro momento: o da singularidade.

Em Análise Institucional, estabelecemos uma conexão direta entre esses momentos e o processo de institucionalização. Hegel, inclusive, já fizera tal proposição em seu último livro, **A Filosofia do Direito**. Naturalmente, não com o mesmo vocabulário da Análise Institucional. Apesar de estarmos muito próximos no tocante à teoria da instituição, temos também com esse autor fortes divergências. No jogo dialético dos três momentos, Hegel termina por privilegiar o primeiro, e o condena a uma "metafísica do Espírito Absoluto". Como bem salientou Marx, suas convicções eram idealistas, e ele pensava serem as idéias o motor da história.

Talvez devamos a uma ironia histórica a nossa aproximação com Hegel. Aplicando suas idéias à Sociologia, Hegel identificou o Estado vigente à época na Prússia à universalidade do Estado. Marx, seu jovem discípulo, escreveu suas primeiras obras como crítica ao ex-mestre e à sua idéia de Estado. Devemos muito a essa crítica, que nos aproxima e afasta do velho filósofo.

Voltando: o esquema de instituição reproduzido ao quadro corresponde ao hegeliano. O instituído é o que se impõe como uma verdade não produzida. Corresponde à idéia de universalidade e é, como tal, aparentemente abstraída de concretude material (não tendo, em Hegel, necessidade dos homens para existir). O instituinte, nós a correspondemos ao momento hegeliano da particularidade. É neste que o filósofo reconhece a existência do humano (vindo negar - sendo partícula que se diferencia de si e do todo - a bela positividade do universal). É a primeira negação ou negação simples; a relação humana obstaculizando o "paraíso" essência da universalidade. Prestem atenção: o particular não se opõe simplesmente ao universal (isso x aquilo); o particular NEGA o universal.

O terceiro momento conecta os dois primeiros e, podemos dizer, é um produto transformado dessa (e por essa) primeira contradição. Ou seja, não estamos lidando com recorte fotográfico estático, parado -, mas com cinema - movimento constante de cores, formas, sons ... Movimento e constância interagindo ... Movimento na constância; constância, no movimento. Não existe, face a face, dois guerreiros, o Instituído e o Instituinte, parados, prontos a "atacar". Tudo é movimento. Dialeticamente, a contradição produz movimento e este produz história.

Falei em "paraíso", ainda agora. O paraíso se assemelha a um mundo sem história, não é? Um mundo sem instituição. Então, Hegel, mesmo sendo religioso - e, talvez, até por isso -, sabia não haver paraíso na terra. A imutabilidade das condições da existência contida na representação de "paraíso" (perfeito, eterno, tranqüilo, feliz, atemporal, divino, infinito ...) não condiz com o "mundo dos homens". Hegel reconhecia que tínhamos história (começo/fim = tempo) e a entendia como sendo a história da contradição permanente que produz História. Essas contradições, produzindo história, produzem a sociedade e as formas sociais que Hegel denomina - e nós também - instituição. Essas formas, de modo contrário à visão oficial, não são nunca coisas positivas, não têm uma unidade positiva. Ligamos o momento da universalidade ao da ideologia e só encontramos essa "positividade" nos discursos de governantes (quando falam em Hospital, Escola, Nação ...).

Hegel nos ensina que o terceiro momento nega o segundo; então, trata-se de uma segunda negação e esta corresponde a uma "ação de síntese"; ou seja, o particular e o universal "reagrupados" criam as formas sociais. Na Análise Institucional derivamos que o segundo momento hegeliano pode ser apropriado na idéia de imaginário social e assim o fazemos. As formas sociais têm necessidade desse "cimento" (universal mesclando particular e vice-versa) para se constituir, o que nos permite, utilizando o esquema dialético, pensar o processo de institucionalização como uma operação totalmente contraditória e, conseqüentemente, observando o social como história, desconsiderar como justa ou eternamente válida qualquer instituição,

Enquanto intelectuais, a nossa implicação nessas contradições é, sem dúvida, diversa da dos pesquisadores anteriores a Marx e Freud. Radicalizando, diria que posterior às Guerras Mundiais e, mais precisamente, a partir de Hiroshima e Nagasaki, é necessário ser louco (ou canalha) para identificar ciência e neutralidade

(idéia de ciência enquanto positiva e universal). Hiroshima - assim como a descolonização - permitiu fazer surgir a idéia de implicação no meio científico.

No referente à revolução epistemológica da Antropologia, compreendemos não somente que a ciência estava identificada com o colonialismo - suas condições de possibilidade vinculadas a uma condição de poder -, mas que o neo-colonialismo pode ser tão, ou mais, pérfido quanto o "antigo", e que não podemos nos contentar em fazer a crítica ideológica da ciência e continuar "funcionando", concretamente, como no século XIX. Infelizmente, isto ainda é feito por 90% dos cientistas de esquerda: críticas acadêmico-políticas da ciência enquanto ideologia "burguesa", "opressão" e "marginalização", aliadas a uma prática perpetuadora dos mecanismos que tornam a ciência um saber "burguês, opressor e marginalizante". Não me refiro a pesquisadores da direita, porque, para estes, teoria e prática serem diferentes e, mesmo, antagônicas, é absolutamente normal. Se realmente compreendermos que a análise da implicação do pesquisador deva estar no âmago da pesquisa, talvez isso possa levar à produção de um novo tipo de intelectual, ao qual a pergunta se referia. Penso ser isso o que podem fazer os intelectuais: interessar-se apaixonadamente pela **contradição**, ao invés de "levar ao povo" a verdade universal.